

Instituto
Nordeste
Cidadania

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2022**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balço patrimonial	6
Demonstração do resultado do exercício	7
Demonstração do resultado abrangente	8
Demonstração das mutações do patrimônio social	9
Demonstração do fluxo de caixa - Método indireto	10
Demonstração das origens e aplicações de recursos	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Ed. BS Design - Avenida Desembargador Moreira, 1300
SC 1001 - 10º Andar - Torre Sul - Aldeota
60170-002 - Fortaleza/CE - Brasil
Telefone +55 (85) 3457-9500
kpmg.com.br

KPMG Auditores Independentes Ltda.
Ed. BS Design - Avenida Desembargador Moreira, 1300
SC 1001 - 10º Andar - Torre Sul - Aldeota
60170-002 - Fortaleza/CE - Brasil
Telefone +55 (85) 3457-9500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Ao Presidente e Conselheiros do
Instituto Nordeste Cidadania
Fortaleza - Ceará

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Instituto Nordeste Cidadania (“Instituto”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Nordeste Cidadania em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Instituto Nordeste Cidadania, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstração das origens e aplicações dos recursos

A demonstração das origens e aplicações dos recursos (DOAR) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da administração do Instituto, cuja apresentação não é requerida de acordo com o CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras do Instituto. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada as demais demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos nas Leis 13.019/14 e 9.709/99 (Lei Geral das OSCIPS – Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público). Em nossa opinião, essa demonstração das origens e aplicações dos recursos foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nas referidas leis acima descritas e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Instituto continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Instituto ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Instituto são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Instituto.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade


operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Instituto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Instituto a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 28 de fevereiro de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 S-CE


Tiago dos Santos Lima
Contador CRC 1SP268549/O-6

Instituto Nordeste Cidadania
Balço patrimonial
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
Em milhares de reais

Ativo	Nota	31/12/2022	31/12/2021	Passivo	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa - Com Restrição	8	35.263	10.197	Fornecedores	15	1.617	11.747
Caixa e equivalentes de caixa - Sem Restrição	9	10.813	11.416	Obrigações sociais e trabalhistas	16	21.283	64.293
Adiantamentos	10	611	1.746	Obrigações tributárias		82	114
Tributos a recuperar		65	60	Obrigações com terceiros		934	2.110
Despesas antecipadas		13	18	Valores a pagar		3	-
Termo de parceria/doação a receber	11	426.115	618.442	Termo de parceria/doação a executar	17	312.071	522.596
Valores a receber		1.368	2.264	Total do passivo circulante		335.990	600.860
Total do ativo circulante		474.248	644.143				
Não circulante				Não circulante			
Termo de parceria/doação a receber	24	288.624	-	Provisão para contingências	18	135.715	36.360
Depósitos judiciais	12	7.213	2.225	Termo de parceria/doação a executar	25	288.624	-
Títulos de capitalização		70	70	Total do passivo não circulante		424.339	36.360
Realizável a longo prazo				Patrimônio líquido			
Imobilizado - Com Restrição	13.1	832	1.667	Patrimônio social	19	11.028	11.436
Imobilizado - Sem Restrição	13.2	147	205	Total do patrimônio líquido		11.028	11.436
Intangível - Com Restrição	14.1	222	344				
Intangível - Sem Restrição	14.2	1	2				
Total do ativo não circulante		297.109	4.513				
Total do ativo		771.357	648.656	Total do passivo e do patrimônio líquido		771.357	648.656

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto Nordeste Cidadania
Demonstrações do resultado do exercício
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
Em milhares de reais

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Receita operacional líquida			
Receitas com restrições	20.1	680.460	617.639
Programa Agroamigo		168.562	145.085
Programa Crediamigo		510.513	471.898
Programa Water		1.234	592
Programa Labinec - FIA		73	64
Programa Pronac		67	-
Programa FECA		11	-
Receitas sem restrições	20.2	999	8.347
Campanha Brasil sem fome		408	6.067
Receita trabalho voluntário		245	73
Programas sociais - Projeto Vale Gás		130	-
Doação de associados		102	111
Doações pessoa física e jurídica		24	37
Prestação de serviços de consultoria		90	2.037
Venda de Ativo Imobilizado		-	22
Deduções	20.2	(28)	(257)
(-) COFINS - Projeto Vale Gás		(10)	-
(-) COFINS sobre prestação de serviços		(7)	-
(-) ISS - Projeto Vale Gás		(7)	(155)
(-) ISS sobre prestação de serviços		(4)	(102)
Receitas operacionais sem restrições		971	8.090
Total receita operacional líquida		681.431	625.729
Custos com programas e projeto sociais	21	(682.228)	(624.652)
(Déficit)/Superávit bruto		(797)	1.077
Despesas gerais e administrativas	22	(765)	(1.029)
(Déficit)/Superávit antes do resultado financeiro		(1.562)	48
Resultado financeiro líquido			
Receita financeira	23	1.208	499
Despesa financeira	23	(54)	(59)
		1.154	440
(Déficit)/Superávit do exercício		(408)	488

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto Nordeste Cidadania
Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
Em milhares de reais

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
(Déficit) superávit do exercício	19	(408)	488
Outros resultados abrangentes		-	-
Resultado abrangente do exercício		<u>(408)</u>	<u>488</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto Nordeste Cidadania
Demonstrações das mutações do patrimônio social
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
Em milhares de reais

	Nota	Patrimônio social	Recursos de superávit com restrição	Superávit (Deficit) do exercício	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020		10.948	90	-	11.038
Superávit do exercício		-	-	488	488
Destinação do superávit do exercício	19	488	-	(488)	-
Termo de doação MDA		-	(90)	-	(90)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		11.436	-	-	11.436
Déficit do exercício	19	-	-	(408)	(408)
Destinação do déficit do exercício		(408)	-	408	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		11.028	-	-	11.028

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto Nordeste Cidadania
Demonstrações do fluxo de caixa - Método indireto
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021
Em milhares de reais

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
(Déficit)/Superavit do exercício	19	(408)	488
Ajustes ao (déficit) superávit do exercício			
Depreciação e amortização	13	473	569
Baixa de imobilizado/intangível	13	1.372	3
Resultado na baixa de ativo imobilizado		(670)	-
Constituição da provisão para contingência	18	103.756	16.964
Reversão e baixa de provisão para contingência	18	(4.401)	(2.989)
Atualização monetária sobre depósito judicial	12	(289)	(57)
		99.833	14.979
(Aumento)/redução nos ativos em:			
Adiantamentos	10	1.135	69
Tributos a recuperar		(5)	(58)
Despesas antecipadas		5	1
Recursos a receber de parcerias em projetos	11	(96.297)	403.085
Valores a receber		896	(1.117)
Depósitos judiciais	12	(4.699)	(136)
		(98.965)	401.844
Aumento/(redução) nos passivos em:			
Fornecedores	15	(10.130)	(58)
Obrigações sociais e trabalhistas	16.	(43.010)	409
Obrigações tributárias		(32)	(7)
Obrigações com terceiros		(1.176)	2.082
Valores a pagar		3	(1)
Recursos de projetos e convênios em execução	17	78.099	(419.235)
Baixa provisão para contingência			(30)
		23.754	(416.840)
Fluxo de caixa líquido provenientes das (utilizado nas) atividades operacionais		24.622	(17)
Atividades de investimentos			
Aquisição de imobilizado	13	(158)	(880)
Aquisição de intangível		(1)	-
Termo de doação MDA		-	(90)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades investimentos		(159)	(970)
Aumento (redução) do caixa e equivalente de caixa sem restrição e com restrição		24.463	(987)
Caixa no início do exercício		21.613	22.600
Caixa no fim do exercício		46.076	21.613
Aumento (redução) do caixa e equivalente de caixa sem restrição e com restrição		24.463	(987)
Transações sem efeito caixa (i)			
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades investimentos			
Aquisição de imobilizado por doação sem efeito caixa		(9)	(26)
		(9)	(26)

(i) Valor decorrente de reclassificação no patrimônio social sem efeito caixa.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto Nordeste Cidadania
Demonstrações das origens e aplicações de recursos
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
Em milhares de reais

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Origens de recursos			
Das operações			
Deficit/Superávit do exercício	19	(408)	488
Depreciação e amortização	13 e 14	473	569
Baixa de imobilizado/intangível	13 e 14	1.372	3
Resultado na baixa de ativo imobilizado		(670)	-
Constituição de provisão para contingências	18	103.756	16.964
Termo de doação MDA		-	(90)
Atualização monetária sobre depósito judicial	12	(289)	(57)
De terceiros			
Redução de outros ativos não circulantes (depósitos judiciais)	12	-	(136)
Total das origens		<u>104.234</u>	<u>17.742</u>
Aplicação de recursos			
Aquisição de imobilizado	13	(158)	(880)
Aquisição de intangível	14	(1)	-
Reversão de provisão para contingência	18	(426)	(2.989)
Baixa provisão para contingência	18	(3.975)	(30)
De terceiros			
Aumento de outros ativos não circulantes (Depósitos judiciais)	12	(4.699)	-
Total das aplicações		<u>(9.259)</u>	<u>(3.899)</u>
Acréscimo no capital circulante líquido		<u>94.975</u>	<u>13.843</u>
Demonstração do acréscimo no capital circulante líquido			
Ativo circulante			
No fim do exercício		474.248	644.143
No início do exercício		644.143	1.047.110
		<u>(169.895)</u>	<u>(402.967)</u>
Passivo circulante			
No fim do exercício		335.990	600.860
No início do exercício		600.860	1.017.670
		<u>(264.870)</u>	<u>(416.810)</u>
Acréscimo no capital circulante líquido		<u>94.975</u>	<u>13.843</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

Fundado em 1993, o Instituto Nordeste Cidadania (“Inec” ou “Instituto”) foi constituído por funcionários do Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB) em apoio à Campanha Nacional de Combate à Fome, à Miséria e pela Vida, em um contexto em que se fazia necessário dar respostas às graves questões socioeconômicas pelas quais passavam significativos contingentes da população situados abaixo da linha da pobreza. Em 1996, tornou-se Organização Não Governamental (ONG), intensificando, então, a implantação de projetos produtivos geradores de emprego e renda, com atuação voltada para as áreas de educação, cultura e arte, contribuindo para o fortalecimento de sua identidade diante da sociedade e das regiões em que atua. O Instituto está situado na cidade de Fortaleza, estado do Ceará.

Detentor de personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, em 2003, foi qualificado pelo Ministério da Justiça como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), fato que o possibilitou firmar termos de parceria com órgãos públicos, iniciando sua primeira parceria com o parceiro público, Banco do Nordeste do Brasil S.A. (“Parceiro Público”), para operacionalizar programas de microcrédito urbano (Crediamigo) e rural (Agroamigo). Por meio desta parceria, os programas de micro finanças têm contribuído no combate à pobreza e no estímulo à inclusão produtiva da população de baixa renda, facilitando o acesso ao crédito orientado para empreendedores de pequeno porte, dos setores formal ou informal da economia, incentivando a geração de trabalho e renda.

Destaca-se que o Inec tem a missão de promover a cidadania por meio de programas socioambientais e de micro finanças, com o objetivo de fomentar o desenvolvimento sustentável. Atua em todos os estados do Nordeste, norte de Minas Gerais e do Espírito Santo, promovendo ainda ações socioambientais em quatro programas: Juventude, Cultura, Território, Tecnologia e micro finanças, por meio de uma metodologia baseada nos princípios da Educação Biocêntrica e da Permacultura, que valorizam a vida, os potenciais do lugar e das pessoas, o saudável, a identidade local, a integração, o envolvimento progressivo da comunidade, a inteligência afetiva e os vínculos no convívio, promovendo o desenvolvimento sustentável dos lugares e o desenvolvimento de uma rede solidária de ação.

Essas ações socioambientais se desenham por meio de vários projetos que contribuem de forma significativa com o desenvolvimento de uma cultura local e regional sustentável, de acordo com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS.

As informações referentes às atividades sociais, estão disponíveis no site do Inec:
<https://inec.org.br/>.

Alinhado com seu objetivo social, o Inec não distribui entre os seus associados, conselheiros, diretores, empregados, voluntários ou doadores de recursos, eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos no exercício de suas atividades, aplicando-os integralmente para a consecução dos seus objetivos sociais.

Plano de continuidade operacional

Conforme explicado na NE 6c., em 31 de dezembro de 2022 encerrou-se o Termo de Parceria junto ao Banco do Nordeste S.A. para operacionalização do Programa CrediAmigo. No entanto, o Inec e o Parceiro Público cumprirão o previsto na cláusula quinta, inc. I, item qq onde estabelece a continuidade de repasses de recursos para arcar com ônus incidentes sobre o objeto da parceria, de tal forma que não haverá impacto financeiro para o Inec.

Já o programa do AgroAmigo tem o Termo de Parceria vigente até 31 de dezembro de 2024. Os demais Termos e/ou Parcerias permanecem sem alterações conforme descritos com maiores detalhes na nota explicativa 6c.

Desse modo, o Inec se mantém em fluxo de continuidade normal das suas operações e projetos sociais conforme planejamento anual, continuando-se o plano de captação de recursos via editais e programas de incentivos para a sustentabilidade financeira dos mesmos.

2 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo a ITG-2002 (R1) – “Entidade sem Finalidade de Lucros”, e Leis 13.019/14 e 9.709/99 (Lei Geral das OSCIPS - Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público).

Detalhes sobre as políticas contábeis do Inec são apresentados na nota explicativa nº 6 – Principais políticas contábeis.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente estas, estão sendo divulgadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração do Instituto Nordeste Cidadania em 28 de fevereiro de 2023.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional e de apresentação do Inec. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de reais e foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. As revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas prospectivamente.

Julgamentos

Não há julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentem efeitos relevantes sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas de premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material em exercícios futuros estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 18 - Provisão para contingências**

Mensuração do valor justo

Os valores justos são apurados para propósito de mensuração/divulgação. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Instituto usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** Inputs, exceto os preços cotados incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa 26 - Instrumentos financeiros por categoria.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

6 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras, descritas em detalhes abaixo, foram aplicadas de maneira consistente nos períodos apresentados nessas demonstrações financeiras, e estão consistentes com as políticas contábeis apresentadas nas demonstrações financeiras anuais do Instituto relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

a. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo. O Instituto considera equivalentes de caixa, uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

b. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento, classificação e mensuração

O Instituto reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação quando o Instituto se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

O Instituto deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Instituto transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de

caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pelo Instituto são: caixa e equivalentes de caixa – sem restrição e com restrição, valores a receber, termo de parceria/doação a receber, termo de parceria/doação a receber e depósitos judiciais.

Os recursos de termos de parceria/doação a receber e termo de parceria/doação a receber - LP são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Instituto mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao Valor Justo por meio do Resultado (“VJR”):

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

O Instituto realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Estes incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Instituto; e
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos do Instituto.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

O Instituto considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, o Instituto considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; e
- Os termos que limitam o acesso do Instituto a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado Estes ativos são mensurados subsequentemente ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.

Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pelo Instituto são: Fornecedores e outras obrigações, termo de parceria/doação a executar e termo de parceria/doação a executar.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

O Instituto desreconhece um ativo financeiro quando:

- Os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou
- Transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Passivos financeiros

O Instituto desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Instituto também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) Ativos e passivos financeiros derivativos

O Instituto não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

c. Termo de parceria/doação a receber

Corresponde ao valor a ser repassado pelos Termos de Parceria firmados com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB), contrato de concessão com restrição com a Water.org, Termos de Fomentos celebrados com o Fundo Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente da Prefeitura de Maracanaú e com o Fundo Estadual para a Criança e o Adolescente do Ceará e participação no *Programa Nacional de Apoio à Cultura – PRONAC/MECENATO*.

Programa de Microcrédito Urbano (Crediamigo)

Em 29 de dezembro de 2021, o Inec firmou com o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) o Termo de Parceria nº 2021/437 pelo período de três meses de 01 de janeiro a 31 de março de 2022, firmando primeiro aditivo com vigência até 30 de junho de 2022, segundo aditivo até 30 de setembro de 2022 e terceiro aditivo até 31 de dezembro de 2022.

A operacionalização do programa Crediamigo para 2023 não será executada pelo Inec, no entanto, o Parceiro Público e o Instituto cumprirão o previsto na cláusula quinta, inc. I, item qq onde estabelece a continuidade de repasses de recursos para arcar com ônus incidentes sobre o objeto da parceria, de tal forma que não haverá impacto financeiro para o Inec.

Programa de Microcrédito Rural (Agroamigo)

Em 24 de novembro de 2020, o Inec firmou com o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) o Termo de Parceria nº 2020/554 pelo período de dois anos (01 de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2022).

Em 26 de dezembro de 2022, o Inec firmou com o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) o Termo de Parceria nº 2022/281 pelo período de dois anos (01 de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2024). Durante o período do Termo o Inec receberá recursos financeiros destinados a operacionalizar a gestão e a execução das atividades do Programa Agroamigo, na forma dos critérios exigidos pelo Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO).

Contrato de Concessão Water.org

Refere-se ao Contrato de Concessão com restrição, firmado com a Water.org no dia 19 de setembro de 2019, o qual teve sua vigência prorrogada até 31 de dezembro de 2022 mediante assinatura do segundo termo aditivo ao contrato.

Em 08 de fevereiro de 2023 foi pactuada a renovação do termo de parceria com vigência até 01 de fevereiro de 2024. Durante o período contratual e eventuais aditamentos, o Inec receberá recursos financeiros destinados a operacionalizar a gestão e a execução das atividades do Projeto de Water.org dentro da parceria entre Inec/Water.org/BNB.

Termo de Fomento - Fundo Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Maracanaú – (“Termo de Doação Labinec - FIA Maracanaú”)

Em 15 de abril de 2021 o Inec firmou com a Secretaria de Assistência Social e Cidadania – Fundo Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente o Termo de Fomento nº 1592.21.04.15.02 pelo período de oito meses (15 de abril a 15 de dezembro de 2021), tendo sido renovado pelo segundo aditivo até 15 de fevereiro de 2022, pela Resolução nº 22/2021 até 28/02/2022 e pelo terceiro aditivo até 18/03/2022.

Em 25 de agosto de 2022 o Inec firmou com a Secretaria de Assistência Social e Cidadania – Fundo Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente o Termo de Fomento nº 1592.22.08.25.01 com vigência de catorze meses a contar de 25 de agosto de 2022 a 24 de outubro de 2023, podendo ser prorrogado nos termos da Lei Federal nº 13.019/14 bem como por demais dispositivos legais aplicados à espécie. Tem por objeto promover a inclusão de crianças adolescentes e jovens no universo tecnológico, potencializando a criatividade e a cidadania.

Durante o período do Termo o Inec receberá recursos financeiros destinados a operacionalizar a gestão e a execução das atividades.

Programa Nacional de Apoio à Cultura – PRONAC/MECENATO

Em 23 de julho de 2020 o Inec firmou com a Secretaria Especial da Cultura - Ministério da Cidadania a participação no PRONAC/MECENATO nº 202895, operação tipo patrocínio em dinheiro, conforme art. 18 da Lei 8.313/91 de acordo com a Instrução Normativa Conjunta SEX MINC/SRF/MF nº 1 de 13 de junho de 1995, com vigência até 31 de julho de 2023, que tem por objeto valorizar o patrimônio imaterial nordestino e potencializar a economia da cultura em comunidades nordestinas, esse projeto propõe ações de formação e fomento à música, às artes cênicas e visuais, por meio da realização de cursos de teatro, de música instrumental e de artes plásticas, seguidas de mostras culturais com disseminação dos produtos culturais desenvolvidos nas oficinas e de outros autores culturais locais.

Termo de Fomento – Fundo Estadual para a Criança e o Adolescente do Ceará – “Termo de Fomento DC – FECA”

Em 01 de junho de 2022 o Inec firmou com a Secretaria da Proteção Social, Justiça, cidadania, Mulheres e Direitos Humanos – SPS o Termo de Fomento certificado nº 030/2022 com validade até 31 de outubro de 2022, prorrogado até 30 de novembro de 2022, tendo sido encerrado. Teve como objetivo contribuir para a promoção e garantia da dignidade de crianças e adolescentes, por meio do fortalecimento de vínculos entre famílias, territórios e redes de apoio socioassistencial de 08 municípios cearenses (Jagaretama, Milagres, Itapiúna, Meruoca, São Gonçalo do Amarante, Caucaia, Maracanaú e Fortaleza) e de estratégias de favorecimento do protagonismo infanto-juvenil.

A política contábil do reconhecimento da receita sobre os valores recebidos e empregados de Termo de parceria/doação estão divulgadas na nota explicativa 6.k.

d. Depósitos judiciais

Estes são demonstrados ao valor de custo incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

e. Imobilizado

São apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, o Instituto reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado quando incorridos.

Depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, as taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, e estão apresentadas a seguir:

	Taxa anual de depreciação %
Instalações	10%
Máquinas e equipamentos	10%
Móveis e utensílios	10%
Computadores e periféricos	20%
Veículos	25%

Cada item de imobilizado é baixado quando ocorre a perda, obsolescência, devolução, ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

A vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

f. Intangível

Softwares

As licenças de softwares são registradas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de cinco anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

g. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros não derivativos

O Instituto reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual a perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Instituto considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Instituto, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas.

(ii) Ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

h. Fornecedores

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

i. Obrigações sociais e trabalhistas

As obrigações sociais e trabalhistas incluem gastos com empregados, tais como salários, encargos sociais, provisões de férias e de décimo terceiro salário. Os impostos e contribuições decorrentes da folha de pagamento (FGTS, IRRF, PIS e INSS) retidos dos empregados são reconhecidos obedecendo ao regime de competência.

j. Provisões e provisões para riscos tributários e trabalhistas

Provisões são reconhecidas quando o Instituto tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Quando o Instituto espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

O Instituto é parte de diversos processos judiciais. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja provável para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

k. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para o Instituto e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos. O Instituto avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Receita com prestação de serviços de consultoria

A receita de prestação de serviços é reconhecida no resultado quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável, o serviço for efetivamente realizado e o Instituto não detiver mais controle ou responsabilidade sobre o serviço prestado.

O Inec realiza serviço de Consultoria de planejamento e educação financeira a empreendedores de atividades produtivas de micro e pequeno portes, pessoas físicas e jurídicas, visando resguardá-los, direta ou indiretamente, de forma a assegurar a continuidade do ciclo de desenvolvimento sustentável do empreendimento e das economias locais e regionais.

Receitas de programas e projetos (Crediamigo e Agroamigo)

As receitas com restrições são lançadas com base na realização da despesa para execução dos projetos, ou seja, para cada registro de despesa realizada temos o registro da receita pelo mesmo valor.

Receita de doações / Receita de doações com restrição

As receitas de doações de pessoas físicas ou jurídicas são reconhecidas por ocasião do seu efetivo recebimento.

As doações e as subvenções recebidas para custeio e investimento devem ser reconhecidas no resultado, observado o disposto na NBC TG 07 – Subvenção e Assistência Governamentais.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

Receitas com trabalhos voluntários

As receitas com trabalhos voluntários, quando existentes, são mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que o Instituto haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do período como receita no grupo de receitas operacionais em contrapartida nas despesas, a Entidade adota o critério de competência, por valor justo em atendimento ao item 19 da ITG 2002 (R1), inclusive de membros integrantes dos órgãos da administração, no exercício de suas funções.

7 Novos pronunciamentos e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023. O Instituto já está aplicando a norma na preparação da demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022.

Classificação dos passivos como circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26/IAS 1)As alterações, emitidas em 2020, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023.

Outras normas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo:

- CPC 50 Contratos de Seguros.
- Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26).
- Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23).

8 Caixa e equivalente de caixa - Com restrição

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e bancos com restrição	36	9
Aplicações financeiras com restrição (a)	35.227	10.188
	<u>35.263</u>	<u>10.197</u>

- (a) Recursos originados dos Termos de Parceria firmados com o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), que, respectivamente, estão relacionados ao Programa de Microcrédito Urbano (Crediamigo), Programa de Microcrédito Rural (Agroamigo), dos recursos do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e dos recursos do projeto Water.org.

As aplicações financeiras correspondem a operações realizadas junto às instituições financeiras que operam no mercado financeiro nacional e possuem baixo risco de crédito. São remuneradas pela renda fixa e estão disponíveis para utilização nas operações vinculadas aos projetos Crediamigo, Agroamigo, Water.org, e Labinec ou seja, são ativos financeiros com liquidez imediata.

Essas operações são de resgates imediatos e com compromisso de recompra pelo emissor e insignificante risco de mudança de valor. Durante o exercício as aplicações financeiras tiveram remuneração média equivalente a 92,70% do CDI em 2022 (112,10% do CDI em 2021).

Movimentação das aplicações financeiras - Com restrição

Aplicações financeiras - recursos com restrição	Saldo em 31/12/2021	Adição	Resgate	Rendimento	IRRF	IOF	Saldo em 31/12/2022
Banco do nordeste - 107.165-0	2	-	-	-	-	-	2
Banco do brasil -, Water c/c 15509-8	179	1.206	(1.274)	27	(7)	-	131
Banco do nordeste - Agroamigo 16929-9	1.337	44.398	(41.001)	205	(29)	(61)	4.849
Banco do nordeste - Crediamigo 16927-2	8.446	560	(9.009)	20	(10)	(7)	-
Banco do Brasil - Cultura em Comunidade 15743-0	-	204	(78)	16	(3)	-	139
Banco do Brasil - Labinec - Fia Maracanaú	22	348	(28)	5	-	-	347
Banco do Brasil - Cultura em Comunidade - Cap 15742-2	202	-	(203)	2	(1)	-	-
Banco do nordeste - Crediamigo 20094-3	-	214.953	(185.584)	761	(58)	(313)	29.759
Banco Caixa Econômica Federal - DC - FECA - POUP 6-7	-	26	(26)	-	-	-	-
Total	10.188	261.695	(237.204)	1.036	(108)	(381)	35.227

O Instituto Nordeste Cidadania mantém os recursos disponíveis aplicados financeiramente, enquanto não reinvestidos em atividades ligadas ao seu objeto social.

9 Caixa e equivalente de caixa - Sem restrição

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e bancos sem restrição	48	-
Aplicações financeiras sem restrição	10.765	11.416
	10.813	11.416

Movimentação das aplicações financeiras - Sem restrição

Aplicações financeiras - recursos sem Restrição	Saldo em 31/12/2021	Adição	Resgate	Rendimento	IRRF	IOF	Saldo em 31/12/2022
Banco CEF - 287-9	4.207	-	-	524	(76)	-	4.655
Banco do Brasil - Inec 15172-6	2.780	-	(24)	278	(43)	-	2.991
Banco do Nordeste - Inec 1064-8	3.188	175	(1.858)	292	(45)	-	1.752
Banco Safra - Inec 5128-6	1.241	49	(55)	115	(13)	-	1.337
Banco do Brasil - Vale Gás 15172-6	-	124	(95)	1	-	-	30
Total	11.416	348	(2.032)	1.210	(177)	-	10.765

As aplicações financeiras correspondem a operações realizadas junto às instituições financeiras que operam no mercado financeiro nacional e possuem baixo risco de crédito. São remuneradas pela renda fixa e estão disponíveis para utilização nas operações do Instituto, ou seja, são ativos financeiros com liquidez imediata.

Essas operações são de resgates imediatos e com compromisso de recompra pelo emissor e insignificante risco de mudança de valor. Durante o exercício as aplicações financeiras tiveram remuneração média equivalente a 92,70% do CDI de 2022 (112,10% do CDI de 2021).

10 Adiantamentos

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Adiantamentos a empregados (a)	589	1.736
Adiantamentos a fornecedores (b)	<u>22</u>	<u>10</u>
	<u>611</u>	<u>1.746</u>

- (a) Os adiantamentos a empregados são referentes as antecipações de recursos para coberturas de gastos com viagens, bem como antecipações de férias.
- (b) Os adiantamentos a fornecedores são provenientes de antecipações financeiras para aquisição de bens, serviços ou produtos para posterior prestação de contas mediante a emissão da nota fiscal.

11 Termo de parceria/doação a receber

Os valores são provenientes dos termos de parceria firmados com o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), termo de fomento Fundo Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e Adolescência da Prefeitura de Maracanaú e termo de concessão firmados com a Water.org, e são repassados conforme os cronogramas de pagamentos/desembolsos dos termos.

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Termo de Parceria Crediamigo (a)	185.229	392.324
Termo de Parceria Agroamigo (b)	240.772	224.414
Termo de Doação Water.org (c)	-	1.666
Termo de Doação Labinec - FIA Maracanaú	<u>114</u>	<u>38</u>
Total	<u>426.115</u>	<u>618.442</u>

Movimentação saldos dos projetos

	<u>Saldo 31/12/2021</u>	<u>Renovação/ Contratação</u>	<u>Rendimentos</u>	<u>Recebimento/ Repasse</u>	<u>Reversão</u>	<u>Devolução Recurso</u>	<u>31/12/2022</u>
Termo de parceria Crediamigo	392.324	776.337	(623)	(495.711)	(487.098)	-	185.229
Termo de parceria Agroamigo	224.414	216.339	(142)	(163.942)	(35.897)	-	240.772
Termo de doação Water.org	1.666	-	(12)	(1.221)	(433)	-	-
Termo de doação Labinec - FIA Maracanaú	38	489	(5)	(409)	(25)	26	114
Termo de Fomento DC - FECA	-	26	-	(26)	-	-	-
	<u>618.442</u>	<u>993.191</u>	<u>(782)</u>	<u>(661.309)</u>	<u>(523.453)</u>	<u>26</u>	<u>426.115</u>

- (a) A variação decorre do encerramento do Termo de Parceria do Crediamigo, à medida que foram ocorrendo as baixas das unidades o volume da operação reduzia. O recurso será repassado conforme nota explicativa nº 6.c
- (b) Novo Termo de Parceria nº 2022/281 conforme citado em nota explicativa nº 6c.
- (c) Encerramento conforme citado na nota explicativa nº 6c.

12 Depósitos judiciais

Os valores apresentados como depósitos judiciais representam o montante de depósitos recursais e depósitos judiciais recolhidos pelo Inec, que poderão ser revertidos em benefício, mediante as decisões judiciais.

Os saldos referem-se principalmente a causas trabalhistas nas quais o Instituto figura como réu conforme detalhado na nota explicativa nº 18.

	<u>Crediamigo</u>	<u>Agroamigo</u>	<u>Total</u>
Em 1º de janeiro de 2021	1.998	34	2.032
(+) Adições	5.002	576	5.578
(+) Atualização monetária	54	3	57
(-) Pagamentos	<u>(5.010)</u>	<u>(432)</u>	<u>(5.442)</u>
Em 31 de dezembro de 2021	<u>2.044</u>	<u>181</u>	<u>2.225</u>
(+) Adições	8.101	1.395	9.496
(+) Atualização monetária	255	34	289
(-) Pagamentos	<u>(3.863)</u>	<u>(934)</u>	<u>(4.797)</u>
Em 31 de dezembro de 2022	<u>6.537</u>	<u>676</u>	<u>7.213</u>

13 Imobilizado (com restrição e sem restrição)

	31/12/2022	31/12/2021
Imobilizado com restrição	832	1.667
Imobilizado sem restrição	147	205
	979	1.872

13.1 Imobilizado com restrição

Os bens foram adquiridos com recursos originados dos termos de parceria firmados com o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), que, respectivamente, estão relacionados ao Programa de Microcrédito Urbano (Crediamigo) e Programa de Microcrédito Rural (Agroamigo) e por meio da parceria entre Inec, Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e projeto Water.org. Os bens doados são oriundos do termo de parceria Espaço Nordeste celebrado entre o Inec e o Banco do Nordeste do Brasil. Os citados bens foram incorporados ao imobilizado do Inec por ocasião do encerramento do termo e finalização das atividades.

	Taxas média anual de depreciação %	Custo	Depreciação acumulada	31/12/2022	31/12/2021
Instalações	10%	3	(3)	-	2
Máquinas e equipamentos	10%	581	(261)	320	575
Móveis e utensílios	10%	230	(126)	104	406
Computadores e periféricos	20%	953	(569)	384	668
Veículos	25%	136	(136)	-	17
Instrumentos musicais	10%	12	-	12	-
Eletroeletrônico de telefonia	10%	13	(1)	12	-
		1.928	(1.096)	832	1.667

A seguir está apresentada a movimentação do ativo imobilizado com restrição:

	Saldo em 31/12/2021	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2022
Custo:				
Instalações	6	-	(3)	3
Máquinas e equipamentos (i)	937	72	(428)	581
Móveis e utensílios (i)	584	2	(356)	230
Computadores e periféricos (i)	1.356	46	(449)	953
Veículos	136	-	-	136
Instrumentos musicais	-	12	-	12
Eletroeletrônico de telefonia	-	13	-	13
Total do custo	3.019	145	(1.236)	1.928
Depreciação:				
Instalações	(4)	-	1	(3)
Máquinas e equipamentos	(362)	(79)	179	(262)
Móveis e utensílios	(179)	(48)	101	(126)
Computadores e periféricos	(688)	(169)	289	(568)
Veículos	(119)	(17)	-	(136)
Instrumentos musicais	-	-	-	-
Eletroeletrônico de telefonia	-	(1)	-	(1)
Total da depreciação	(1.352)	(314)	570	(1.096)
Imobilizado com restrição líquido	1.667	(169)	(666)	832

	Saldo em 31/12/2020	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2021
Custo:				
Instalações	6	-	-	6
Máquinas e equipamentos	807	132	(2)	937
Móveis e utensílios	416	169	(1)	584
Computadores e periféricos	829	528	(1)	1.356
Veículos	136	-	-	136
Total do custo	2.194	829	(4)	3.019
Depreciação:				
Instalações	(4)	-	-	(4)
Máquinas e equipamentos	(279)	(83)	-	(36)
Móveis e utensílios	(130)	(50)	1	(179)
Computadores e periféricos	(531)	(157)	-	(688)
Veículos	(85)	(34)	-	(119)
Total da depreciação	(1.029)	(324)	1	(1.351)
Imobilizado com restrição líquido	1.165	505	(3)	1.668

- (i) Baixa por devolução bens do imobilizado pelo encerramento do Termo de Parceria do Programa Crediamigo no valor de R\$ 1.233

13.2 Imobilizado sem restrição

	Taxas média anual de depreciação %	Custo	Depreciação acumulada	31/12/2022	31/12/2021
Máquinas e equipamentos	10%	165	(111)	54	66
Móveis e utensílios	10%	84	(50)	34	39
Computadores e periféricos	20%	406	(347)	59	84
Veículos	25%	128	(128)	-	16
		783	(636)	147	205

A seguir está apresentada a movimentação do ativo imobilizado sem restrição:

	Saldo em 31/12/2021	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2022
Custo:				
Máquinas e equipamentos	166	1	(2)	165
Móveis e utensílios	82	2	-	84
Computadores e periféricos	396	10	-	406
Veículos	128	-	-	128
Total do custo	772	13	(2)	783
Depreciação:				
Máquinas e equipamentos	(100)	(13)	2	(111)
Móveis e utensílios	(43)	(7)	-	(50)
Computadores e periféricos	(312)	(35)	-	(347)
Veículos	(112)	(16)	-	(128)
Total da depreciação	(567)	(71)	2	(636)
Imobilizado sem restrição líquido	205	(58)	-	147

	Saldo em 31/12/2020	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2021
Custo:				
Máquinas e equipamentos	132	34	-	166
Móveis e utensílios	74	8	-	82
Computadores e periféricos (a)	388	9	-	396
Veículos	168	-	(40)	128
Total do custo	762	51	(40)	772
	Saldo em 31/12/2020	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2021
Depreciação:				
Máquinas e equipamentos	(85)	(15)	-	(100)
Móveis e utensílios	(35)	(7)	-	(43)
Computadores e periféricos	(280)	(33)	-	(312)
Veículos	(120)	(32)	40	(112)
Total da depreciação	(520)	(87)	40	(567)
Imobilizado sem restrição líquido	242	(36)	-	205

(a) Aquisição de imobilizado por doação no valor de R\$9.

14 Intangível

Os ativos intangíveis estão representados substancialmente por softwares e licenças de direitos de uso.

	31/12/2022	31/12/2021
Intangível com restrição	222	344
Intangível sem restrição	1	2
	223	346

14.1 Intangível com restrição

A seguir está apresentada a movimentação do ativo intangível com restrição:

	31/12/2022	31/12/2021
Custo		
Saldo inicial	1.206	1.206
Adições	1	-
Baixas	(133)	-
Saldo final	1.074	1.206
Amortização		
Saldo inicial	(862)	(704)
Amortização do período	(87)	(158)
Baixas	97	-
Saldo final	(852)	(862)
Valor contábil		
Saldo inicial	344	502
Saldo final	222	344
	31/12/2021	31/12/2020
Custo		
Saldo inicial	1.206	817
Adições	-	757
Baixas	-	(368)
Saldo final	1.206	1.206

Amortização		
Saldo inicial	(704)	(545)
Amortização do período	(158)	(159)
Baixas	-	-
Saldo final	<u>(862)</u>	<u>(704)</u>
Valor contábil		
Saldo inicial	502	272
Saldo final	344	502

14.2 Intangível sem restrição

A seguir está apresentada a movimentação do ativo intangível sem restrição:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Custo		
Saldo inicial	40	40
Baixas	(1)	-
Saldo final	<u>39</u>	<u>40</u>
Amortização		
Saldo inicial	(38)	(37)
Amortização do período	(1)	(1)
Baixas	1	-
Saldo final	<u>(38)</u>	<u>(38)</u>
Valor contábil		
Saldo inicial	2	3
Saldo final	1	2
Custo		
Saldo inicial	40	40
Baixas	-	-
Saldo final	<u>40</u>	<u>40</u>
Amortização		
Saldo inicial	(37)	(36)
Amortização do período	(1)	(1)
Baixas	-	-
Saldo final	<u>(38)</u>	<u>(37)</u>
Valor contábil		
Saldo inicial	3	40
Saldo final	2	3

15 Fornecedores

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Fornecedores - Agroamigo	1.274	2.564
Fornecedores - Crediamigo (a)	338	9.176
Fornecedores - Inec Social	5	4
Fornecedores - Water.ORG	-	3
	<u>1.617</u>	<u>11.747</u>

- (a) A variação decorre do encerramento do Termo de Parceria do Crediamigo, à medida que foram ocorrendo as baixas das unidades o volume de operação reduzia.

16 Obrigações sociais e trabalhistas

Os valores a seguir representam salários a pagar, encargos incidentes sobre a folha de pagamento, provisão de férias e valores retidos dos empregados a serem repassados às associações de classe.

	31/12/2022	31/12/2021
Obrigações com empregados (a)		
Salários a pagar	5.189	16.624
Rescisão a pagar	354	1.908
	<u>5.543</u>	<u>18.532</u>
Encargos sociais e contribuições		
Contribuição/Taxa assistencial	-	4
Contribuição sindical	21	37
FGTS a recolher	753	3.229
PIS sobre folha de pagamento	126	313
INSS a recolher	3.768	7.719
IRRF sobre folha de pagamento	1.204	2.172
	<u>5.872</u>	<u>13.474</u>
Outras obrigações		
Pensão judicial	14	27
Convênio BNB / CDC a Repassar	84	345
	<u>98</u>	<u>372</u>
Provisão para férias e encargos sociais		
Provisão de férias	7.228	23.612
Provisão INSS sobre férias	1.897	6.189
Provisão PIS sobre férias	72	236
Provisão FGTS sobre férias	573	1.877
	<u>9.770</u>	<u>31.915</u>
Total	<u><u>21.283</u></u>	<u><u>64.293</u></u>

- (a) A variação decorre do encerramento do Termo de Parceria Crediamigo, com isso veio as demissões dos colaboradores, conseqüentemente a redução dos encargos salariais e suas contribuições.

17 Termo de parceria/doação a executar

	31/12/2022	31/12/2021
Termo de parceria – Crediamigo (i)	94.823	316.097
Termo de parceria – Agroamigo (ii)	216.340	204.463
Termo de doação – Water.org	185	1.849
Termo de doação – MDA (iii)	2	19
Termo de doação Labinec FIA Maracanaú	554	163
Convênio Planseq (iv)	5	5
Termo de doação – PRONAC	150	-
Termo de Fomento – DC - FECA	12	-
	<u>312.071</u>	<u>522.596</u>

Movimentação saldos dos projetos

	Saldo em 31/12/2021	Renovação Contratação	Execução	Reversão (v)	Despesas Receitas financeiras	Devolução de Recurso	Saldo em 31/12/2022
Termo de parceria – Crediamigo	316.097	776.337	(510.506)	(487.098)	-	(7)	94.823
Termo de parceria – Agroamigo	204.463	216.339	(168.565)	(35.897)	-	-	216.340
Termo de doação – Water.org	1.849	-	(1.231)	(433)	-	-	185
Termo de doação – MDA	19	-	(17)	-	-	-	2
Termo de doação - Labinec FIA Maracanaú	163	489	(73)	(25)	-	-	554
Convênio Planseq	5	-	-	-	-	-	5
Termo de doação – PRONAC	-	199	(67)	-	18	-	150
Termo de Fomento – DC - FECA	-	26	(11)	-	-	(3)	12
	522.596	993.390	(680.470)	(523.453)	18	(10)	312.071

- (i) A variação decorre do encerramento do Termo de Parceria Crediamigo, à medida que foram ocorrendo as baixas das unidades o volume da operação reduzia. As reversões no período decorrem do montante não operacionalizado no período e, conseqüentemente, não repassado pelo Banco do Nordeste.
- (ii) Novo Termo de Parceria nº 2022/281, conforme nota explicativa nº 6c no valor de R\$ 504.963 com vigência de 01 de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2024.
- (iii) Valor referente saldo a ser depreciado das motos do Termo MDA.
- (iv) Valor referente rendimento do Convênio Planseq que não está mais ativo, aguardando posicionamento do Instituto Nordeste de Cidadania parceira para devolução.
- (v) Reversão do valor projetado/orçado do Termo de Parceria Crediamigo que não foi recebido e nem executado no contrato, no 1º aditivo e no 2º aditivo.

18 Provisão para contingência

O Inec é parte envolvida em processos judiciais e administrativos de natureza cível, trabalhista e tributária decorrentes do curso normal dos negócios. Com base nas informações e avaliações de sua assessoria jurídica, a administração mensurou e reconheceu provisões para as contingências em montante estimado do valor da obrigação e que reflete a saída de recurso esperada.

A provisão para contingência constituída é suficiente para cobrir as eventuais perdas com os processos judiciais. Foram constituídas para os processos, cuja possibilidade de perda foi avaliada como provável com base na recomendação da assessoria jurídica.

Em 31 de dezembro de 2022 a provisão para contingência provável foi reavaliada pelo jurídico, e estava reconhecida no montante de R\$ 135.715 correspondendo a 919 processos, sendo 914 processos trabalhistas (R\$ 36.360 que representam 399 processos trabalhistas em 31 de dezembro de 2021).

O resultado desfavorável em seus processos, individualmente ou no agregado, não terá efeito adverso relevante nas condições financeiras ou nos negócios. Os recursos serão custeados pelo Banco do Nordeste por intermédio do Termo de parceria do Crediamigo conforme nota explicativa nº 6c.

A composição da provisão para contingências encontra-se detalhada abaixo:

	Trabalhista	Tributária	Cível	Total
Em 1º de janeiro de 2021	22.406	10	-	22.416
(+) Constituição de provisão	16.964	-	-	16.964
(-) Reversão de provisão	(2.989)	-	-	(2.989)
(-) Pagamentos	(31)	-	-	(31)
Em 31 de dezembro de 2021	36.350	10	-	36.360

Em 1º de janeiro de 2022	36.350	10	-	36.360
(+) Constituição de provisão	103.169	346	35	103.550
(+) Ajuste em projetos	206	-	-	206
(-) Reversão de provisão	(220)	-	-	(220)
(-) Ajuste de reversão	(206)	-	-	(206)
(-) Baixas	(3.975)	-	-	(3.975)
Em 31 de dezembro de 2022	<u>135.324</u>	<u>356</u>	<u>35</u>	<u>135.715</u>

Os processos trabalhistas representam reclamações trabalhistas de diversas naturezas (pagamento de horas extras, insalubridade e verbas rescisórias) e que encontram-se em fases processuais distintas

Em 31 de dezembro de 2022, o Inec é parte em outros processos trabalhistas para os quais a Administração, com base na avaliação de seus assessores jurídicos externos, julgou risco de perda possível de causas trabalhistas no valor de R\$ 395 correspondendo a 4 processos, (2 processos em 31 de dezembro de 2021 no valor total de R\$ 100) e causas administrativas e cíveis em 31 de dezembro de 2022 no valor de R\$ 30 correspondendo a 10 processos.

As obrigações decorrentes desses processos são consideradas como passivos contingentes, uma vez que não é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja exigida para liquidar a obrigação.

19 Patrimônio social

a. Patrimônio social

O patrimônio social representa o déficit/superávit acumulado do Instituto no decorrer das suas atividades, sendo composto pelo superávit sem restrição.

O déficit sem restrição é composto pelo resultado negativo entre a origem e aplicação dos recursos, os quais não possuem uma destinação específica, porém são alinhados com os objetivos sociais do Instituto.

O valor do déficit sem restrição apurado no período será incorporado ao patrimônio social, conforme ITG 2002 (R1) “Entidade sem Finalidade de Lucros”. no montante de R\$ 408 em dezembro de 2022 (superávit de R\$ 488 em 2021).

b. Remuneração do pessoal-chave da administração

Contempla na remuneração dos membros da diretoria executiva salários e benefícios. Sendo estes em 2022 o montante de R\$ 1.008 (R\$1.008 em 2021).

20 Receitas operacionais líquidas

20.1 Receitas com restrições

	31/12/2022	31/12/2021
Programa de Microcrédito Urbano (Crediamigo)	510.513	471.898
Programa de Microcrédito Rural (Agroamigo)	168.562	145.085
Programa Water.org	1.234	592
Termo de Doação - Labinec - FIA Marac	73	64
Termo de Doação - Cultura Comun - Pronac	67	-
Termo de Doação - DC - FECA	11	-
Receitas operacionais com restrições	680.460	617.639

20.2 Receitas sem restrições

	31/12/2022	31/12/2021
Campanha Brasil sem fome (a)	408	6.067
Receita trabalho voluntário (b)	245	73
Programas sociais - Projeto Vale Gás	130	-
Doação de associados	102	111
Doações pessoa física e jurídica	24	37
Prestação de serviços de consultoria (c)	90	2.037
Venda de Ativo Imobilizado	-	22
	999	8.347
Deduções		
(-) COFINS - Projeto Vale Gás	(10)	-
(-) COFINS sobre prestação de serviços	(7)	-
(-) ISS - Projeto Vale Gás	(7)	(155)
(-) ISS sobre prestação de serviços	(4)	(102)
	(28)	(257)
Receitas operacionais sem restrições	971	8.090

- (a) Nos meses de janeiro a dezembro de 2022 em parceria com a Ação da Cidadania, o Inec desenvolveu a Campanha Brasil sem Fome, de arrecadação e distribuição de alimentos.
- (b) Serviços prestados pelo conselho Administrativo e Conselho Fiscal. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas em contrapartida nas despesas, de acordo com a competência, pelo valor justo de acordo com o item 19 da ITG 2002 (R1).
- (c) Para Entidades sem finalidade de lucro, não há incidência do PIS, conforme o que dispõe o artigo 47 da Instrução Normativa SRF nº 247/2002.

21 Custos com programas e projeto sociais

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<u>Inec Território</u>		
<i>Desenvolvimento Comunitário</i>		
Serviços de terceiros	(156)	(53)
Material de consumo	(1)	(35)
Ajuda de custo	(12)	(21)
Deslocamento	(8)	-
Diárias	(7)	(2)
Materiais de apoio	(11)	-
Lanches e refeições	(13)	-
	<u>(208)</u>	<u>(111)</u>
<i>Calendário do bem</i>		
Materiais de apoio	(1)	(4)
Serviços prestados por terceiros	-	(7)
Doações de Cestas Básicas (a)	(417)	(6.079)
	<u>(418)</u>	<u>(6.090)</u>
<i>Doações diversas ações pontuais</i>		
Despesas com projetos e ações sociais pontuais	(41)	(137)
Doações projetos diversos	(17)	-
	<u>(58)</u>	<u>(137)</u>
Total Inec Território	<u>(684)</u>	<u>(6.338)</u>
<u>Inec Juventude</u>		
<i>Prosseguir</i>		
Hora aula	(62)	(38)
Ajuda de custo	(5)	(5)
Lanches e refeições	(70)	(3)
Deslocamento	(1)	-
Material apoio	(23)	(6)
Serviços prestados por terceiros	(53)	(27)
Diárias	(3)	(1)
	<u>(217)</u>	<u>(80)</u>
<i>Jovens comunicadores</i>		
Ajuda de custo	(7)	(5)
Serviços prestados por terceiros	(34)	(4)
Outros custos	(22)	-
	<u>(63)</u>	<u>(9)</u>
Total Inec Juventude	<u>(280)</u>	<u>(89)</u>
<u>Inec Cultura</u>		
<i>Cultura Em Comunidade</i>		
Material de consumo	(10)	-
Hora aula	-	(2)
Ajuda de custo	(11)	(19)
Deslocamento	(1)	-
Serviços de terceiros	(125)	(74)
Outros custos	(27)	(1)
	<u>(174)</u>	<u>(96)</u>
<i>Espaço Leitura</i>		
Material apoio	(19)	(2)
Lanches e refeições	(71)	-
Material de consumo	(3)	(2)
Ajuda de custo	(62)	(42)
Deslocamento	(16)	-
Serviços de terceiros	(14)	(22)
Diárias	(2)	-
	<u>(187)</u>	<u>(68)</u>
Total Inec Cultura	<u>(361)</u>	<u>(164)</u>

Inec Tecnologia

Labinec

Serviços prestados por terceiros	(269)	(234)
Material apoio	(12)	(9)
Depreciação	(29)	(33)
Telefone/Internet	(3)	(4)
Ajuda de custo	(26)	(11)
Hora aula	(1)	(4)
Material de consumo	-	(5)
Lanches e refeições	(13)	(6)
Manutenção e Instalações	(6)	(5)
Outros custos	(6)	(2)
Custos com pessoal	(42)	(36)
	(407)	(348)

Ações Transversais (a)

Serviços prestados por terceiros	-	(93)
Ajuda de custo	-	(16)
Lanches e refeições	-	(6)
Material apoio	-	(1)
Deslocamento	-	(3)
Diárias	-	(10)
	-	(129)

Projeto Vale Gás

Ajuda de custo	(70)	-
Serviços prestados por terceiros	(16)	-
Outros custos	(2)	-
	(88)	-

Custos com programas sem restrições

(1.820) (7.068)

(a) Critério de contabilização alterado para inclusão dos custos diretamente nos projetos socioambientais.

Programa de Microcrédito Urbano (Crediamigo)

Folha de pagamento	(207.625)	(231.936)
Provisão para contingência trabalhista	(94.754)	(16.637)
Encargos sociais	(90.688)	(82.460)
Benefícios	(64.529)	(85.131)
Capacitação	(1.043)	(473)
Custos administrativos	(17.864)	(20.248)
Depreciação	(261)	(300)
Seleção	(2)	-
Monitoração	(300)	(189)
Trabalho em campo	(15.218)	(16.017)
Comunicação	(931)	(671)
Despesas com eventos	(467)	(119)
Despesas com TI	(5.691)	(6.896)
Despesas com manutenção	(7.797)	(8.404)
Despesa com jurídico	(1.349)	(949)
Serviços prestados por terceiros	(997)	(761)
Tributos	(955)	(659)
	(510.471)	(471.850)

Programa de Microcrédito Rural (Agroamigo)

Folha de pagamento	(83.352)	(75.770)
Provisão para contingência trabalhista	(8.737)	(1.877)
Encargos sociais	(29.476)	(26.200)
Benefícios	(27.733)	(26.416)
Capacitação	(825)	(236)
Custos administrativos	(5.605)	(4.545)
Depreciação	(98)	(136)
Seleção	-	(1)
Monitoração	(681)	(142)
Trabalho em campo	(8.538)	(6.979)
Comunicação	(37)	(15)
Despesas com eventos	(263)	(112)
Despesas com TI	(1.905)	(1.890)
Despesas com manutenção	(379)	(205)

Despesa com jurídico	(274)	(214)
Serviços prestados por terceiros	(492)	(171)
Tributos	(165)	(145)
	<u>(168.560)</u>	<u>(145.081)</u>
<u>Programa Water.org</u>		
Folha de pagamento	(752)	(409)
Encargos sociais	(51)	(45)
Benefícios	(27)	(32)
Capacitação	(36)	(21)
Custos administrativos	(94)	(15)
Depreciação	(5)	(5)
Trabalho em campo	(35)	(18)
Serviços prestados por terceiros	(225)	(44)
Tributos	(1)	-
	<u>(1.226)</u>	<u>(589)</u>
<u>Labinec Fia Maracanaú</u>		
Custos administrativos	(53)	(57)
Depreciação	(20)	(7)
	<u>(73)</u>	<u>(64)</u>
<u>Termo de Doação - MDA</u>		
Custo com depreciação	(17)	-
Recuperação de custo	17	-
	<u>-</u>	<u>-</u>
<u>Cultura em Comunidade – Pronac</u>		
Custos administrativos	(67)	-
Depreciação	(67)	-
	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>(67)</u>	<u>-</u>
<u>Projeto DC – FECA</u>		
Custos administrativos	(10)	-
Depreciação	(1)	-
	<u>(11)</u>	<u>-</u>
Custos com programas com restrições	<u>(680.408)</u>	<u>(617.584)</u>
Total	<u>(682.228)</u>	<u>(624.652)</u>

- (a) Nos meses de janeiro a dezembro de 2022 em parceria com a Ação da Cidadania, o Inec desenvolveu a Campanha Brasil sem Fome de arrecadação e distribuição de alimentos. A Campanha se conecta ao ODS 2: Fome Zero e Agricultura Sustentável.

22 Despesas gerais e administrativas

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Divulgação	(80)	(73)
Material de escritório	(48)	(43)
Serviços prestados por pessoa jurídica	(156)	(138)
Cursos e treinamentos	(7)	(64)
Depreciações e amortizações	(42)	(19)
Despesas tributárias	(229)	(85)
Despesas com pessoal	(2)	(104)
Confraternização	(23)	(28)
Lanches e refeições	(22)	(7)
Despesas com veículos	(27)	(20)
Deslocamentos	(34)	(16)
Diárias	(11)	(5)
Seguro empresarial	-	(13)
Aluguel / Manutenção de Softwares	(15)	(63)
Manutenção e instalações	(1)	(39)
Seguros veículos	(5)	(7)
Despesa com voluntariado (a)	(245)	(73)
Outras despesas	(24)	(26)
Provisão Contingencia Trabalhista	-	(206)
Reversão Provisão Contingencia Trabalhista	206	-
Total	<u>(765)</u>	<u>(1.029)</u>

- (a) Serviços prestados pelo Conselho Administrativo e Conselho fiscal.

23 Resultado financeiro líquido

	31/12/2022	31/12/2021
Receita financeira		
Rendimentos de aplicações	1.208	499
Total das receitas financeiras	1.208	499
Despesa financeira		
Juros passivos	-	(1)
Taxas diversas	(54)	(58)
Total das despesas financeiras	(54)	(59)
Resultado financeiro, líquido	1.154	440

24 Termo de parceria/doação a receber – LP

	31/12/2022	31/12/2021
Termo de Parceria – Agroamigo	288.624	-

O total de R\$288.624 de 31 de dezembro de 2022 corresponde aos montantes que serão operacionalizados durante o ano de 2024.

25 Termo de parceria/doação a executar – LP

	31/12/2022	31/12/2021
Termo de Parceria – Agroamigo	288.624	-

O total de R\$288.624 de 31 de dezembro de 2022 é o a ser executado no período a partir de 01 de janeiro de 2024.

26 Instrumentos Financeiros por categoria

O Instituto está exposto aos riscos que decorrem da utilização de instrumentos financeiros. Esta nota descreve os objetivos, políticas e processos do Instituto para a gestão desses riscos e os métodos utilizados para mensurá-los. Mais informações quantitativas em relação a esses riscos são apresentadas ao longo dessas demonstrações financeiras.

26.1 Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis de hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

	2022	2021
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa – com restrição	35.263	10.197
Caixa e equivalentes de caixa – sem restrição	10.813	11.416
Valores a receber	1.368	2.264
Termo de parceria/doação a receber	426.115	618.442
Termo de parceria/doação a receber -LP	288.624	-
	762.183	642.319

Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado

Fornecedores	1.617	11.747
Termo de parceria/doação a executar	312.071	522.596
Termo de parceria/doação a executar - LP	288.624	-
	602.312	534.343

As atividades do Instituto o expõe aos seguintes riscos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado; e
- Risco da conjuntura do país.

Risco de crédito

O risco de crédito para o Instituto surge preponderantemente de disponibilidades resultante de depósitos em bancos e aplicações financeiras em fundos de investimentos financeiros e dos termos de parcerias a receber.

O Instituto aplica recursos apenas em fundos de investimentos administrados pelo Banco do Nordeste do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e Tesouro Direto. O Instituto não assume o risco de crédito pelo microcrédito o qual é administrado pelas instituições financeiras, visto que são os responsáveis pela análise e liberação do recurso financeiro. O Instituto não contrata derivativos para gerenciar o risco de crédito. Abaixo seguem divulgações quantitativas da exposição ao risco de crédito em relação aos ativos financeiros em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, pelos valores contábeis.

	31/12/2022	31/12/2021
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 8 e 9)	46.076	21.613
Termo de parceria/doação a receber (Nota 12)	426.115	618.442
Termo de parceria/doação a receber –LP (Nota 25)	288.624	-
Títulos de capitalização	70	70
	<u>760.885</u>	<u>640.125</u>

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que o Instituto irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Instituto na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação do Instituto.

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, respectivamente, o fluxo de pagamentos para os passivos financeiros do Instituto é apresentado conforme a seguir (valores contábeis):

	31/12/2022	31/12/2021
Passivos financeiros		
Fornecedores e outras obrigações(Nota 16)	1.617	11.747
Termo de parceria/doação a executar (Nota 18)	312.071	522.596
Termo de parceria/doação a executar – LP (Nota 26)	288.624	-
	<u>602.312</u>	<u>534.343</u>

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, não há inadimplência de pagamento de obrigações pelo Instituto.

Risco de mercado (taxa de juros)

Esse risco é oriundo da possibilidade do Instituto vir a sofrer perdas (ou ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros que são aplicadas aos seus passivos e ativos captados (aplicados) no mercado. Os instrumentos financeiros sujeitos ao risco de mercado estão representados pelos papéis aplicados por meio de fundos de investimento administrados pelo Banco do Nordeste do Brasil, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Tesouro Direto. Conforme comentado nas notas explicativas nº 8 e 9, as aplicações por meio dos fundos de investimento são certificados de depósitos bancários de fundos de renda fixa, cuja volatilidade dos indexadores vinculados é baixa.

A Administração adota política conservadora de gerenciamento de caixa, aplicando os recursos disponíveis em fundos de investimento financeiro indexados ao CDI, com resgate de curto prazo quando permitido pela diretoria executiva. A política de investimento do Instituto é submetida pela diretoria executiva ao conselho de administração que aprova anualmente a aplicação de recursos. As receitas provenientes dessas aplicações financeiras são reinvestidas no próprio Instituto.

O Instituto não mantém operações relevantes atreladas à variação das taxas de câmbio.

Risco da conjuntura do país

O Governo Federal exerce influência significativa sobre a economia brasileira. Esta influência, bem como a conjuntura econômica e a política brasileira, poderá vir a causar um efeito adverso relevante nas atividades do Instituto e nas ações operacionais.

A inflação e certas medidas tomadas pelo Governo Federal para combatê-las, incluindo aumentos nas taxas de juros, e ausência ou mesmo exclusão de políticas de ações sociais poderão contribuir para a incerteza econômica e a viabilização de parceiros. Assim como, podem gerar um efeito adverso relevante sobre a condição financeira do Instituto.

27 Tributos e contribuições (renúncia fiscal)

Na condição de Entidade sem fins lucrativos, aplicam-se a Entidade determinados benefícios fiscais estabelecidos em legislação ordinária.

O art. 15 da Lei nº 9.532/97 prevê isenção do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) às associações civis, sem fins lucrativos, observados os seguintes requisitos:

- (a) Não remunerar, por qualquer forma, seus dirigentes pelos serviços prestados;
- (b) Aplicar integralmente seus recursos na manutenção e desenvolvimento dos seus objetivos sociais;
- (c) Manter escrituração completa de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades que assegurem a respectiva exatidão;
- (d) Conservar em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem assim a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial;
- (e) Apresentar, anualmente, Declaração de Rendimentos, em conformidade com o disposto em ato da Secretaria da Receita Federal; e
- (f) Não apresentar superávit em suas contas ou, caso o apresente em determinado exercício, destinar referido resultado, integralmente, à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais.

A isenção não abrange os rendimentos e ganhos de capital auferidos em aplicações financeiras de renda fixa ou de renda variável.

* * *

Stelio Gama Lyra Junior
Presidente

Roque de Moraes Martins
Diretor Financeiro

Maria Vania de Oliveira Soeiro
Contador
CRC CE-009284/O-7

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 02/03/2023 | Edição: 42 | Seção: 3 | Página: 144

Órgão: Ineditoriais/Instituto Nordeste Cidadania

EXTRATO DE RELATÓRIO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA

Instituto Nordeste Cidadania

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.

EXTRATO DE RELATÓRIO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DE TERMO DE PARCERIA Nº 2020/554

Custo do Projeto: R\$ 358.496.421,00 (trezentos e cinquenta e oito milhões, quatrocentos e noventa e seis mil e quatrocentos e vinte e um reais). Local de realização do projeto: Área de jurisdição do BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A. Data de assinatura do TP: 23/11/2020. Início do projeto: 01/01/2021. Término: 31/12/2022. Objetivos do projeto: Operacionalização do programa de microcrédito rural AGROAMIGO do Banco do Nordeste do Brasil S.A., com base nas estratégias definidas pelo Parceiro Público.

RESULTADOS ALCANÇADOS: METAS E INDICADORES DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO				
Itens	Meta para o período jan/2021 a dez/2022 (a)	Realizado no período jan/2021 a dez/2022 (b)	Diferença (a)-(b)	% de Realização (b)/(a)
Quantidade de Operações	1.166.500	1.189.186	22.686	101,9%
Valor Contratado (Em R\$ milhões)	R\$ 6.400,00	R\$ 7.248,24	R\$ 848,24	113,3%
CUSTO DE IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO (1) - Em R\$ milhões				
Categoria de Despesa	Previsto para o período jan/2021 a dez/2022 (c)	Despesas desembolsadas no período jan/2021 a dez/2022 (d)	Diferença (c)-(d)	% de Realização (d)/(c)
Despesa com Pessoal	R\$ 313,75	R\$ 265,43	R\$ 48,32	84,6%
Capacitação de Empregados	R\$ 4,08	R\$ 0,94	R\$ 3,15	22,9%
Despesas Administrativas	R\$ 40,66	R\$ 35,08	R\$ 5,59	86,3%
Total	R\$ 358,50	R\$ 301,44	R\$ 57,05	84,1%

NOTA: Conforme as normas de apresentação tabular do IBGE (1993), a divergência na última casa decimal entre os valores absolutos apresentados e o valor arredondado resultante de operações matemáticas entre os mesmos, é devida ao arredondamento numérico adotado.

(1) Do valor total previsto de R\$ 358.496.421,00 para o período de janeiro/2021 a dezembro/2022, o projeto apresentou um custo no valor de R\$ 301.442.524,96, gerando saldo de R\$ 57.053.896,04 na posição final do Termo de Parceria.

(2) Para liquidar as despesas do período, foram recebidos repasses que totalizaram R\$ 311.322.352,10, creditados em conta corrente até jan/2023, cujo saldo de disponibilidades em 31/01/2023 findou em R\$ 8.124.941,44. A composição do saldo de disponibilidades é feita pelo total de repasses R\$ 311.322.352,10 deduzido de R\$ 301.442.524,96 (despesas) e R\$ 3.742.526,33 (débitos diversos), adicionado de R\$ 1.794.282,36 (créditos diversos), R\$ 193.358,27 (rendimento líquido de aplicação financeira).

Nome da OSCIP: Instituto Nordeste Cidadania; Endereço: Av. Dr. Silas Munguba, nº 3.500, Itaperi; Cidade: Fortaleza UF: CE CEP: 60.714-502. Tel.: (85) 3209-9200; E-mail: comunicacao@inec.org.br; Nome do responsável pelo projeto: Stelio Gama Lyra Junior. Cargo/Função: Diretor Presidente.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.

EXTRATO DE RELATÓRIO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DE TERMO DE PARCERIA Nº 2021/437

Custo do Projeto: R\$ 585.913.020,11 (quinhentos e oitenta e cinco milhões novecentos e treze mil e vinte reais e onze centavos). Local de realização do projeto: Área de atuação do Banco do Nordeste do Brasil S.A.; Data de assinatura do TP: 29/12/2021; Início do projeto: 01/01/2022; Término: 31/12/2022; Objetivos do projeto: Operacionalização do programa de microcrédito CREDIAMIGO, do Banco do Nordeste do Brasil S.A., com base nas estratégias definidas pelo Parceiro Público.

RESULTADOS ALCANÇADOS: METAS E INDICADORES DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO				
Itens	Meta para o período jan/2022 a dez/2022 (a)	Realizado no período jan/2022 a dez/2022 (b)	Diferença (b)-(a)	% de Realização (b)/(a)
Quantidade de Operações	3.271.560	2.636.656	-634.904	80,6%
Valor Desembolsado (Em R\$ milhões)	R\$ 10.107,74	R\$ 8.142,35	-R\$ 1.965,38	80,6%
CUSTO DE IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO (1) - Em R\$ milhões				
Categoria de Despesa	Previsto para o período jan/2022 a dez/2022 (c)	Despesas desembolsadas no período jan/2022 a dez/2022 (d)	Diferença (c)-(d)	% de Realização (d)/(c)
Despesa com Pessoal	R\$ 525,48	R\$ 396,32	R\$ 129,16	75,4%
Despesas Administrativas	R\$ 60,43	R\$ 50,48	R\$ 9,95	83,5%
Total	R\$ 585,91	R\$ 446,80	R\$ 139,11	76,3%

NOTA: Conforme as normas de apresentação tabular do IBGE (1993), a ocasional divergência na última casa decimal entre os valores absolutos apresentados e o valor arredondado resultante de operações matemáticas entre os mesmos, é devida ao arredondamento numérico adotado.

(1) Do valor total previsto de R\$ 585.913.020,11 para o período de janeiro/2022 a dezembro/2022, o projeto apresentou um custo no valor de R\$ 446.804.843,61, gerando saldo de R\$ 139.108.176,50 na posição final do Termo de Parceria.

(2) Para liquidar as despesas do período, foram recebidos repasses que totalizaram R\$ 471.326.152,55, creditados em conta corrente até dez/2022, cujo saldo de disponibilidades em 31/01/2023 findou em R\$ 26.307.633,26. A composição do saldo de disponibilidades é feita pelo total de repasses R\$ 471.326.152,55 deduzido de R\$ 446.804.843,61 (despesas) e R\$ 37.197.841,83 (débitos diversos), adicionado de R\$ 38.313.533,79 (créditos diversos) e R\$ 670.632,36 (rendimento líquido de aplicação financeira).

Nome da OSCIP: Instituto Nordeste Cidadania; Endereço: Av. Dr. Silas Munguba, nº 3.500, Itaperi; Cidade: Fortaleza UF: CE CEP: 60.714-502. Tel.: (85) 3209-9200; E-mail: comunicacao@inec.org.br; Nome do responsável pelo projeto: Stelio Gama Lyra Junior. Cargo/Função: Diretor Presidente.

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.